

A Educação Financeira e as Metas da Agenda 2030 da ONU: um Estudo com Alunos do Ensino Médio

Emily Priscila Rodrigues Farias

Graduada em Ciências Contábeis

Universidade Federal do Pará (UFPA)

ORCID : <https://orcid.org/0009-0007-8753-0192>

E-mail: empri175@gmail.com

Evaldo José da Silva

Doutor em Ciências Contábeis

Universidade Federal do Pará (UFPA)

ORCID : <https://orcid.org/0000-0001-9931-7750>

E-mail: evaldosilva@ufpa.br

RESUMO

O objetivo deste estudo é identificar a relação entre educação financeira e as metas propostas na agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). A identificação dessa relação é relevante, pois ressalta a importância do investimento na educação financeira de crianças e jovens, que pode proporcionar uma melhor qualidade de vida e uma educação mais completa. A educação financeira está entre os temas abordados na Agenda 2030 e se tornou obrigatória no currículo das escolas brasileiras, com o objetivo de promover o conhecimento sobre produção e consumo sustentável. O estudo foi realizado em escolas de ensino médio da cidade de Bragança-Pará, por meio de um estudo descritivo, com abordagem quantitativa, utilizando os procedimentos de pesquisa do tipo *survey*. Os dados foram obtidos por meio de questionários, utilizando a ferramenta Google Forms, aplicados a coordenadores, professores e alunos do ensino médio. O estudo identificou uma relação entre a educação financeira e as metas 1.4, 4.4, 10.1, 10.2 e 10.5 da agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Dessa forma o entendimento é que a educação financeira tem papel fundamental para o alcance das cinco metas analisadas no estudo, pois por meio da educação financeira contribui-se para o acesso a recursos econômicos, financeiros e microfinanças de forma igualitária; com o desenvolvimento de habilidade para o empreendedorismo; com o estímulo ao desenvolvimento de pequenos negócios e com o empoderamento, inclusão social, econômica e política de todas as pessoas.

Palavras-Chave: Educação Financeira. Agenda 2030. Metas ODS. Ensino Médio. Bragança-Pa.



Revista Paraense de Contabilidade © 2023 by Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Pará is licensed under CC BY 4.0. To view a copy of this license, visit <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



HISTÓRICO: Recebido em: 25/08/2023. **Revisado por pares** em 28/08/2023. **Reformulado** em: 10/12/2023. **Aprovado em:** 20/12/2023. **Publicado em** 28/12/2023.

Editor Responsável: MTM. Editor Executivo: TJCG. Processo de Avaliação: Double Blind Review – OJS.
Editado em Português. Versão original em Português.

ABSTRACT

The objective of this study is to identify the relationship between financial education and the global goals, proposed in the 2030 agenda, of the United Nations (UN) Sustainable Development Goals (SDGs). The identification of this relationship is relevant, as it highlights the importance of investing in the financial education of children and young people, which can provide a better quality of life and a more complete education. Financial education is among the topics covered in the 2030 Agenda and has become mandatory in the curriculum of Brazilian schools, with the aim of promoting knowledge about sustainable production and consumption. The study was carried out in high schools in the city of Bragança-Pará, through a descriptive study, with a quantitative approach, using survey research procedures. Data were obtained through questionnaires, using the Google Forms tool, applied to coordinators, teachers and high school students. The study identified a relationship between financial education and targets 1.4, 4.4, 10.1, 10.2 and 10.5 of the 2030 agenda of the United Nations (UN) Sustainable Development Goals (SDGs). Therefore, the understanding is that financial education plays a fundamental role in achieving the five goals analyzed in the study, as through financial education it contributes to access to economic, financial and microfinance resources on an equal basis; with the development of skills for entrepreneurship; with encouraging the development of small businesses and with the empowerment, social, economic and political inclusion of all people.

Keywords: Financial education. 2030 Agenda. SDG Goals. High school. Bragança-Pa.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Financeira aplicada ao ensino médio vem sendo cada vez mais discutida, e tem provocado algumas mudanças na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual propõe uma abordagem da educação financeira não só na matemática financeira, mas também sendo inserida em outras disciplinas como: história, língua portuguesa, língua inglesa, geografia, matemática e artes, Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2017);

Em 2015 a Organização das Nações Unidas (ONU), apresentou um plano de ação conhecido por Agenda 2030, que apresenta 17 objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) e 149 metas. Algumas das metas propostas se relacionam com os conhecimentos tratados na educação financeira, tal como o consumo consciente, o qual pode interferir positivamente na economia e proporcionar uma formação educacional com mais qualidade para os jovens, Organização das Nações Unidas (ONU) (2015).

Atualmente a educação financeira no ensino médio e a educação financeira proposta na agenda 2030 dos objetivos do desenvolvimento sustentável, vem sendo discutidas e estudadas por alguns autores, Moraes, Santos, Santos, Pereira (2020); Messias e Ancelmo (2022); Soler, Miranda, Barbosa (2022).

Segundo Moraes et al. (2020), a educação financeira apresenta vários conhecimentos básicos, os quais poderão influenciar no bem-estar dos cidadãos, assim também como contribuirá para a economia do País. Conhecimentos esses que poderiam ser aplicados durante os anos escolares de crianças e jovens, principalmente durante as aulas de matemática.

Na mesma linha Messias e Ancelmo (2022) compreende que a educação financeira colabora não só na segurança financeira, mais também, em situações do dia a dia, tanto

profissional como pessoal, porém esses autores divergem de Moraes et al. (2020), pois discorrem que a educação financeira não deve ser desenvolvida somente na disciplina de matemática, mas também se fazer presente em outras disciplinas.

Soler et al. (2022) discutem a importância da cidadania financeira para se alcançar alguns dos objetivos do desenvolvimento sustentável, como os ODS 4 e ODS 8, a começar pelos jovens, pois é necessário que os mesmos, ao ingressarem no mercado de trabalho, tenham conhecimentos a respeito de consumo consciente e produção sustentável.

Diante dos estudos observados, verifica-se que ainda são poucas as pesquisas que abordam a educação financeira aplicada no ensino médio, assim também como a educação financeira proposta em algumas metas da agenda 2030. Dessa forma, apresenta-se a seguinte questão de pesquisa: qual a relação da educação financeira com as metas propostas na agenda 2030 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU)? Sendo assim, o referido estudo tem como objetivo identificar a relação da educação financeira com as metas propostas na agenda 2030 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

A relevância do estudo pode ser observada pelo tratamento que é dado ao investimento em educação financeira para crianças e jovens nas escolas do município de Bragança-Pará, isso pode vir a proporcionar uma melhor qualidade de vida e uma formação mais completa, o que ajudará no futuro desses jovens e da população em geral, da mesma forma que atende às mudanças propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), assim como também proporciona o alcance de algumas metas dos ODS da agenda 2030 da ONU.

A segunda motivação para o desenvolvimento deste estudo está na evidência da contribuição que a educação financeira pode proporcionar para o alcance de algumas metas da agenda 2030 dos ODS da ONU. Dessa forma este estudo contribui com a pesquisa sobre educação financeira demonstrando que a disseminação da educação financeira está alinhada com o desenvolvimento social, pois por meio da capacitação das pessoas para administrar melhor seus recursos e tomar decisões financeiras controladas é possível melhorar o acesso a serviços financeiros, incentivar a poupança e o investimento, e, conseqüentemente, contribuir para a redução da pobreza.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão teórica deste estudo é realizada por meio da apresentação do que é a educação financeira, uma análise da inserção da educação financeira na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), uma discussão sobre a importância da apresentação da educação financeira para os jovens de forma a prepará-los para administrarem suas vidas financeiras e por fim é tratado sobre a agenda 2030 da organização das nações unidas e sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável.

2.1 Educação Financeira

A Educação Financeira, é uma forma de proporcionar aos indivíduos consumidores e investidores, uma melhor compreensão dos conhecimentos relacionados a conceitos financeiros, produtos, investimentos, consumo, poupança e planejamento. Através dessas informações adquiridas, é possível tomar decisões mais conscientes, sabendo delimitar os riscos e as melhores oportunidades que proporcionem o bem-estar financeiro para o cidadão

(Organização de cooperação e de desenvolvimento econômico [OECD], 2005; Zuliani, Flores, Josende & Ramos, 2020).

No Brasil a Educação Financeira tem se tornado fundamental para a população, proporcionando conhecimentos e contribuindo nas práticas financeiras, seja na tomada de decisões, nos investimentos a serem realizados, no planejamento familiar, e de várias outras formas (Leite & Cruz, 2022). Da mesma forma que é imprescindível a educação financeira na vida adulta, segundo Leite e Cruz (2022), tende-se a se tornar necessário também para os jovens, pois dessa forma evitará danos financeiros no futuro, colaborando para que se tornem adultos muito mais conscientes com as suas decisões financeiras.

Segundo Luz, Santos e Junger (2020), a educação financeira é um fator de suma importância para o processo de formação do cidadão, pois através dos conhecimentos financeiros adquiridos, o indivíduo se torna mais apto em certas decisões, principalmente em relação ao consumo, assim evita, no futuro, um endividamento pessoal, já que muitos desses indivíduos ainda possuem um consumo exagerado e sem limites, que são facilitados pelas políticas econômicas e pelos créditos a longos prazos.

Seguindo as orientações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), as pessoas devem ser educadas financeiramente o mais cedo possível, e para que isso aconteça é necessário que a Educação Financeira esteja também presente no ambiente escolar (Assis & Giordano, 2019; OCDE, 2005b). Nessa mesma linha, Muniz e Jurkiewicz (2016); Hartmann, Reisdorfer, Ferreira e Mariani (2019), destacam sobre a importância da Temática Educação Financeira Escolar, a qual tem um papel fundamental de propiciar aos alunos conhecimentos financeiros, da utilização e da distribuição do dinheiro, considerando também o contexto socioeconômico do público que compõem a Educação Básica.

2.2 A Educação Financeira e a BNCC

Conforme as mudanças ocorridas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), já a partir do ano de 2018 iniciou-se essa discussão para o ensino médio, e uma das necessidades de inclusão no contexto escolar é a educação financeira, pois devem ser abordados assuntos como economia e finanças (Messias & Ancelmo, 2022). De acordo com a BNCC (2017, p.20) entre os temas contemporâneos a serem aplicados destacam-se “[...] saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural” (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é um documento que proporciona instruções para as instituições de ensino, relacionadas aos currículos elaborados para cada área específica a serem trabalhadas em sala de aula. É identificado pela BNCC que a educação deve estabelecer e promover valores e ações, que possam colaborar para uma sociedade mais sustentável (Perin & Campos, 2022). As propostas apresentadas na BNCC abordam diversas temáticas, entre elas a educação para o consumo, colocando em prática a Educação Financeira, porém, mesmo sendo considerado um avanço para a educação básica, a forma como é representada em sala de aula, não significa que de fato atende à formação do aluno (Kuntz, 2019).

Segundo Luz et al. (2020), entre algumas medidas tomadas pelo MEC, foi possível a inclusão da Educação Financeira dentro do currículo escolar, através das mudanças nos temas transversais propostas pela BNCC, que deverá constar no contexto escolar de todo o Brasil. Através da inserção da Educação Financeira, o MEC tem como objetivo formar alunos

capacitados, desde de cedo, a se organizar financeiramente e assim ajudar no planejamento familiar, tornando-os mais sensatos na hora de tomar decisões financeiras. Para Luz et al. (2020, p. 205), “[...] no Brasil a discussão sobre políticas públicas que incluem a educação financeira como tema obrigatório nas escolas é recente e só foi possível com a BNCC que ainda será implantada”.

De acordo com a BNCC, a Educação Financeira deve ser inserida em várias disciplinas, assim sendo discutida em diversos conteúdos, ensinando o aluno a fazer algumas leituras como: boletos, carnês, entre outros. Da mesma forma, irão aprender também como calcular algumas contas de consumo, como o uso de eletrodomésticos e o impacto que esse consumo gera no orçamento familiar, com isso, o aluno pode ter a capacidade de conhecer e compreender melhor assuntos sobre finanças pessoais (BNCC, 2017).

Na BNCC para o Ensino Médio a temática sobre Educação Financeira se diferencia da que é abordada no Ensino Fundamental, por estar diretamente ligada a assuntos atuais da sociedade, ensinando o aluno conteúdos que discutem sobre investimentos, sustentabilidade, consumo, entre outros (Messias & Ancelmo, 2022). Assim possibilitando para que os jovens passem a obter conhecimentos financeiros, e se sintam capazes de colaborar e tomar decisões diante de assuntos que envolvem situações financeiras e econômicas.

2.3 Conhecimentos em Educação Financeira

No Brasil os jovens estão cada vez mais cedo tendo acesso ao mercado de trabalho, principalmente através de programas e projetos aplicados aos estudantes do ensino médio, como o Jovem Aprendiz, e com isso se tornam mais responsáveis em suas finanças pessoais. Porém, Santos (2022) percebe que muitos desses jovens assumem essas responsabilidades, sem obter acesso e conhecimentos a respeito à educação financeira.

De acordo com Souza, Fiorio e Brasil (2022), os conhecimentos financeiros da população, vem sendo cada vez mais necessário, isso devido o cenário atual em que se vive, já que, muitos aspectos que são úteis para a vida das pessoas no seu dia a dia envolvem questões monetárias. Diante deste cenário e no que diz a OCDE (2004), a inserção da educação financeira na vida pessoal, é de suma importância para que os indivíduos, saibam assumir as suas finanças, tendo uma boa administração em relação ao consumo, e a melhor maneira de utilizar o seu dinheiro.

Para se identificar o grau de conhecimentos financeiros de um indivíduo é necessário utilizar-se de perguntas relacionadas a essa temática. A Organização de Desenvolvimento Econômico (OCDE), elaborou perguntas a respeito de conhecimentos financeiros, com o propósito de verificar o grau de conhecimentos dos indivíduos relacionados com assuntos financeiros (OCDE, 2016; Medeiros, Mineiro, Guida & Valerio, 2022).

Segundo Medeiros et al. (2022), na educação financeira é importante obter informações de aspectos que envolvem assuntos financeiros, porém o essencial para os indivíduos é o conhecimento financeiro, pois é através desse conhecimento que se consegue fazer comparações entre elementos financeiros, e isso ajuda o indivíduo a decidir na hora de tomar decisões, fazendo escolhas mais adequadas com a sua realidade. Sabendo colocar em prática os conhecimentos adquiridos com a educação financeira e tendo habilidades matemáticas, a população passa a ter uma maior segurança em suas finanças, adquirindo um maior controle e evitando que situações do dia a dia influenciem nas suas decisões.

Com as mudanças ocorridas durante os anos, advindas do sistema capitalista, foi necessário que os conhecimentos financeiros alcancem as pessoas, além dos que trabalham

nas áreas relacionadas com finanças, por isso a necessidade de inserir e trabalhar a educação financeira com as crianças, pois assim, ocorre uma preparação com mais qualidade, tornando essas crianças, indivíduos mais responsáveis futuramente, sabendo se posicionar e tomar decisões em relação as suas finanças pessoais, dessa forma tornando-se cidadãos mais bem sucedidos e mais conscientes (Correia & Gadelha, 2015; Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), 2018; Medeiros, Macêdo, Silva & Silva, 2022).

2.4 A Agenda 2030 e os ODS

A Agenda 2030, é um plano de ação colocado em prática em setembro de 2015 pela Organização das Nações Unidas, com o objetivo de alcançar a prosperidade mundial de forma sustentável. São apresentados 17 objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) e 169 metas, que são necessárias para que ocorra as mudanças esperadas até 2030 (ONU, 2015). Nesse contexto observa-se a necessidade da presença da educação financeira para que se alcance alguns dos objetivos propostos, formando assim jovens mais conscientes quanto as responsabilidades financeiras (Soler et al., 2022).

Segundo Torrens, Matos, Borges e Lopes (2021), a educação financeira está entre os temas tratados na Agenda 2030, pois através dessa educação pode-se chegar ao objetivo principal desse documento, promovendo alguns fatores que irão ajudar a população a alcançar a prosperidade mundial, como por exemplo a consciência e a responsabilidade socioeconômica, com isso, de acordo com as mudanças ocorridas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a temática educação financeira poderá ser obrigatória no currículo das escolas brasileiras, e dessa forma, irá promover conhecimentos sobre consumo e produção sustentáveis, entre outros, formando jovens mais capacitados, e assim, fortalecendo o crescimento econômico e o empreendedorismo em nosso país.

O novo documento da BNCC, busca ajudar os profissionais da educação, a colocar em prática, no ambiente escolar, a temática educação financeira, e através desse tema conseguir desenvolver atividades que possam levar ao aprendizado do aluno à realização dos ODS, assim se alinhando e cumprindo com a Agenda 2030. Dessa forma, esse documento é de suma importância para que a educação passe a propor e praticar com os alunos o desenvolvimento sustentável, o que colabora para que se alcance o objetivo dessa agenda global (Dalbosco, Souza & Macedo, 2022).

De acordo com Schlocobier e Witt (2022), a cidadania financeira, é fundamental para que os indivíduos passem a ter atitudes mais coerentes quanto as suas decisões na hora de lidar com o dinheiro, contribuindo assim com o bem-estar social, assim como proporciona o alcance de metas da Agenda 2030, pois algumas das 169 metas apresentadas nesse documento pela (ONU), considera o desenvolvimento econômico e financeiro.

O objetivo número 10 desse documento expõe sobre a redução da desigualdade social tanto dentro dos países como entre os países, preceituando o crescimento da renda da população mais pobre, a inclusão social, econômica e política de todos e melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais, dentre outros aspectos. (Schlocobier & Witt, 2022, p. 1189).

Segundo Molter (2022, p. 4), em uma reportagem com a professora doutora da Universidade de Brasília (UNB) Ducineli Regis Botelho para a Revista Brasileira de Contabilidade – RBC, ela afirmou que “Os ODS 1, 4, 8 e 10 se referem às metas de erradicação da pobreza, de educação de qualidade, de trabalho decente e crescimento econômico e de redução das desigualdades, respectivamente”. Dessa forma entende-se que a educação

financeira não é relevante somente para a economia financeira, mais também para uma vida adulta mais saudável.

A propagação de conhecimentos financeiros é favorável ao desenvolvimento econômico do País, por isso a importância de inserir a temática ainda na educação de crianças e jovens (Molter, 2022). Isso mostra o quanto a inserção da educação financeira pode influenciar na vida desses indivíduos, preparando-os para o futuro, e que através desses conhecimentos pode-se alcançar também algumas metas dos ODS.

3. METODOLOGIA

3.2 Tipologia da Pesquisa

Quanto aos objetivos a pesquisa é descritiva, pois, após a coleta, os dados foram apresentados e analisados de forma que se obteve uma descrição do perfil e dos conhecimentos, sobre educação financeira, dos alunos, dos professores e dos coordenadores pedagógicos das escolas de ensino médio do município de Bragança-Pa.

A abordagem da pesquisa é qualitativa e quantitativa, pois para entender como está sendo desenvolvida a educação financeira nas escolas de ensino médio, públicas e particulares do município de Bragança Pará, e a relação dessa educação financeira com as metas dos ODS, realizou-se uma coleta de dados que expressam a opinião dos alunos, dos professores e dos coordenadores, o que a classifica como qualitativa, mas ao utilizar questões fechadas possibilitou-se uma análise quantitativa dos resultados, por meio de análises estatísticas.

Quanto aos procedimentos trata-se de uma pesquisa de campo realizada por meio de questionários aplicados à coordenadores pedagógicos, professores de matemática e educação financeira e alunos do ensino médio do município de Bragança-Pa.

3.2 Dados

A população da pesquisa foi o público das escolas de ensino médio do município de Bragança-Pa., envolvendo alunos, professores de matemática e de educação financeira e os coordenadores pedagógicos. O município de Bragança encontra-se localizado na mesorregião do nordeste do Pará, Microrregião Bragantina, se estende por 2.124,734 km² e conta com 123.082 habitantes no último censo, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2022). Este município se destaca na região por apresentar novas oportunidades de negócios e pelo alto crescimento econômico, conta com escolas municipais, estaduais, particulares, além do Instituto Federal do Estado do Pará (IFPA), sendo que apenas 15 escolas estaduais, 3 particulares e o IFPA atendem alunos do ensino médio, que é o instrumento base da pesquisa desenvolvida.

A coleta de dados foi realizada no mês de junho de 2023. Primeiramente foi realizada uma visita nos dezenove estabelecimentos de ensino do município, com o intuito de apresentar a proposta do estudo e solicitar autorização para a realização no estabelecimento. De todos os estabelecimentos visitados oito escolas públicas e uma particular aceitaram participar do estudo.

Os dados do estudo foram obtidos através de questionários aplicados aos coordenadores, professores de matemática e educação financeira e alunos do ensino médio. Foi utilizada a ferramenta Google Forms na aplicação dos questionários, disponibilizando os links para que fossem respondidos de acordo com o consentimento do respondente.

Para coletar os dados, foi elaborado três questionários especificados para cada grupo de respondente, sendo 14 questões para os coordenadores, 14 para os professores de matemática e educação financeira e 13 para os alunos, que apresentaram perguntas referentes ao perfil do respondente, sobre as metas dos ODS e sobre Educação Financeira.

A partir das respostas obtidas foi possível fazer a análise dos dados através de estatística descritiva, apresentando-se os resultados em gráficos, para então interpretá-los e compará-los com as metas propostas nos ODS e assim obter-se os resultados.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

De acordo com a pesquisa realizada, dos 9 coordenadores que responderam ao questionário, 100% trabalham em escolas de ensino médio, no município de Bragança-Pará. Sendo 8 escolas, dado que 2 dos respondentes são coordenadores na mesma escola. Quanto aos professores de matemática e educação financeira, 12 responderam ao questionário, 100% são professores em escolas de ensino médio no município de Bragança-Pará. Em relação as escolas que trabalham foram citadas 8 escolas, sendo que 3 dos respondentes são professores na mesma escola. Em relação aos alunos, 114 responderam ao questionário, 100% são estudantes do ensino médio no município de Bragança-Pará. Em relação as escolas que estudam foram citadas 9 escolas, portanto obteve-se uma média de, aproximadamente, 13 alunos por escola.

4.1 Perfil (Coordenadores, Professores e Alunos)

4.1.1 – Coordenadores Pedagógicos

Os resultados obtidos mostram que 100% dos coordenadores entrevistados são graduados em Pedagogia. Em relação ao nível de formação 55,6% possuem somente graduação e 44,4% possuem especialização. Quanto ao tempo de trabalho em escola do ensino médio, 33,3% trabalham de 5 a 10 anos e 66,7% de 10 a 20 anos. Do total de entrevistados 88,9% trabalham em escolas da rede pública e apenas 11,1% em escolas da rede particular.

4.1.2 – Professores de Matemática e de Educação Financeira

Os resultados obtidos mostram que 100% dos entrevistados são graduados em matemática; quanto ao nível de formação 33,3% são somente graduados e os outros 66,7% possuem especialização. Quanto ao tempo de profissão como professores do ensino médio 8,3% trabalham de 5 a 10 anos, 16,7% mais de 20 anos, 25% de 1 a 5 anos e 50% de 10 a 20 anos. Do total de entrevistados 8,3% é da rede particular e os outros 91,7% é da rede pública.

4.1.3 – Alunos Do Ensino Médio

Os resultados obtidos mostram que 28,9% dos entrevistados estão cursando o 3º ano do ensino médio, 32,5% cursam o 2º ano e 38,6% cursam o 1º ano. Em relação a escola que estuda se é de rede particular ou de rede pública, apenas 13,2% são da rede particular e 86,8% são da rede pública. Quanto a faixa de renda mensal de sua família, as respostas foram bem variadas, sendo 0,9% entre R\$ 13.201,00 e R\$ 26.400,00 – 20 SM; outros 2,7% entre R\$ 6.601,00 e R\$ 13.200,00 – 10 SM; já 5,3% entre R\$ 5.281,00 e R\$ 6.600,00 – 5 SM; 12,4% Entre R\$ 3.961,00 e R\$ 5.280,00 – 4 SM; enquanto 23% está entre R\$ 2.641,00 e R\$ 3.960,00 – 3SM; 29,2% entre R\$ 1.321,00 e R\$ 2.640,00 – 2SM e outros 26,5% até R\$ 1.320,00 – 1 SM – 1 SM.

A maior parte entre coordenadores e professores já trabalham em escola do ensino médio a mais de 10 anos, o que significa que já detém de uma certa experiência na área,

portanto não só o currículo escolar pode trazer a temática educação financeira para o ensino médio, mas também esses profissionais possuem experiência e habilidade pedagógica para inserirem essa nova temática – educação financeira – na educação do ensino médio.

Percebe-se que a maioria dos alunos respondentes, estão cursando o 1º ano, ou seja, iniciando as suas atividades no ensino médio, o que pode levá-los a ter, ainda, pouco contato com o conteúdo que envolve a educação financeira. A maioria dos alunos são de escola pública, e se encontra em uma faixa de renda de até 2 salários-mínimos, dessa forma, pode se interpretar que muitos desses jovens possuem pouco contato com informações sobre reservas financeiras (poupança), mas lidam diariamente com a administração de recursos para o atendimento de suas necessidades mínimas e muitas vezes se deparam com a necessidade de gerir a ausência desses recursos, o que nos leva a entender que todos necessitam dos conhecimentos sobre finanças pessoais.

4.2 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030

De acordo com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, foram estabelecidas 169 metas, e entre essas metas algumas se relacionam com a Educação Financeira, as quais são apresentadas aos entrevistados. Para desenvolver a pesquisa os autores deste estudo elaboraram algumas questões, vinculadas à algumas metas dos ODS, as quais foram respondidas pelos participantes da pesquisa.

4.2.1 - ODS 1 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

Os resultados obtidos de acordo com as perguntas relacionadas com a meta 1.4 da agenda 2030 mostram que 100% dos coordenadores relatam que, no seu entendimento, a comunidade em geral do seu município **não** usufrui dos recursos econômicos (riqueza) utilizados pela sociedade em geral de forma igualitárias. Os professores, na sua totalidade, também responderam da mesma forma. Em relação as respostas dos alunos, uma maior parte, 43,4%, discorreram igualmente as respostas dos professores e coordenadores, já uma minoria, 9,7%, não soube responder, pois nunca observaram o uso de recursos econômicos pela sua família e pela sociedade; e somente 0,9% não soube responder, pois não entende o que são recursos econômicos em uso pela sociedade.

Da mesma forma, 100% dos coordenadores entrevistados relatam que a comunidade de seu município não usufrui de acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais e novas tecnologias, em uso pela sociedade em geral, de forma igualitária, assim também 100% dos professores tiveram a mesma resposta. Já, quando perguntado ao aluno, obteve-se os seguintes resultados, 20,5% responderam **Sim**, entendo que eu e minha família temos acesso a esses serviços de forma igual aos demais membros da sociedade; 26,8% relataram que **Não**, entendo que eu e minha família temos acesso a esses serviços de forma privilegiada em relação aos demais membros da sociedade; outros 30,4% discorreram que **Não**, entendo que eu e minha família temos acesso a esses serviços de forma desfavorecida em relação aos demais membros da sociedade; 16,1% não souberam responder, pois nunca observaram o acesso a esses serviços pela sua família e pela sociedade; e somente 6,3% não souberam responder, pois não entendem o que são esses serviços em uso pela sociedade.

Quanto ao entendimento dos entrevistados se a comunidade de seu município usufrui de acesso a serviços financeiros e microfinanças (empréstimos de pequeno valor) de forma igualitária, a maioria dos coordenadores entrevistados 77,8% responderam **Não**, pois entendem que a comunidade do seu município não usufrui de acesso a serviços

financeiros e de microfinanças de forma igualitária, assim também como 100% dos professores discorreram da mesma resposta. Quando questionado aos alunos observa-se que 26,5% responderam **Sim**, entendo que eu e minha família temos acesso a serviços financeiros e de microfinanças de forma igual aos demais membros da sociedade; outros 23,0% discorreram que **Não**, entendo que eu e minha família temos acesso a serviços financeiros e de microfinanças de forma privilegiada em relação aos demais membros da sociedade; já 30,1% relataram que **Não**, entendo que eu e minha família temos acesso a serviços financeiros e de microfinanças de forma desfavorecida em relação aos demais membros da sociedade; e 20,4% Não sabem responder, pois nunca foi observado o acesso a serviços financeiros e de microfinanças pela sua família e pela sociedade.

De acordo com as respostas obtidas, tanto dos coordenadores como dos professores entrevistados, entende-se que os recursos econômicos, os serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra, e o acesso a serviços financeiros não são usufruídos de forma igualitária pela sociedade em geral. Assim também como uma boa parte dos alunos discorrem que sua família não usufrui desses recursos e serviços igualmente aos demais membros da sociedade. Dessa forma, é notável que há um desequilíbrio social no município de Bragança-Pará quanto a essa questão, já que, uma minoria privilegiada possui acesso a esses recursos e serviços. Isso mostra que até o momento não se alcança a meta 1.4 da Agenda 2030, que é garantir a todos, independentemente de ser mulher ou homem, principalmente os pobres e vulneráveis o direito a esses recursos e serviços dentro da sociedade (Transformando o Nosso Mundo, 2016).

Diante das respostas obtidas percebe-se a importância da educação financeira para o alcance da meta 1.4, pois, de acordo com o Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, revogado pelo Decreto 10.393 de 9 de junho de 2020, que institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF (Silva & Gandara, 2021), a educação financeira é reconhecida como estratégia para a inclusão social, o que pode contribuir com o alcance dessa meta.

4.2.2 - ODS 4 - Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Em relação aos resultados obtidos de acordo com as perguntas relacionadas com a meta 4.4 da Agenda 2030, mostram que 11,1% do total de coordenadores entrevistados considera que nas atividades desenvolvidas na escola estão sendo **Sim** trabalhadas com habilidades para o empreendedorismo, outros 33,3% responderam que **Não** são trabalhadas atividades para o desenvolvimento de habilidades para o empreendedorismo em sua escola e 55,6% relatam que **Sim**, porém as atividades para o desenvolvimento de habilidades para o empreendedorismo são trabalhadas com pouca frequência.

Já em relação as respostas dos professores de matemática e educação financeira 8,3% responderam que **Sim**, entendem que nas atividades escolares são trabalhadas, com frequência, atividades para o desenvolvimento de habilidades para o empreendedorismo; outros 25% discorrem que **Não**, no seu entendimento, na sua escola, não são trabalhadas atividades para o desenvolvimento de habilidades para o empreendedorismo; e a maioria 66,7% relatam que **Sim**, mas no seu entendimento as atividades para o desenvolvimento de habilidades para o empreendedorismo são trabalhadas com pouca frequência.

Quanto ao questionamento aos alunos sobre se está sendo desenvolvida atividades que trabalhem habilidades para o empreendedorismo, percebeu-se que 24,8% responderam **Sim**, entendem que nas atividades escolares estão sendo trabalhadas com frequência

atividades para o desenvolvimento de habilidades para o empreendedorismo; outros 34,5% discorrem que **Sim**, mas no seu entendimento as atividades para o desenvolvimento de habilidades para o empreendedorismo são raras; já 30,1% relatam que **Não**, no seu entendimento, na sua escola, não são trabalhadas atividades para o desenvolvimento de habilidades para o empreendedorismo; e somente 10,6% não sabem responder, pois ainda estão no início do primeiro ano e não viram nada sobre empreendedorismo.

De acordo com os resultados obtidos nota-se que a maioria de coordenadores e professores consideram que as atividades desenvolvidas, nas respectivas escolas em que trabalham, estão sendo praticadas habilidades para o empreendedorismo com os alunos, porém com pouca frequência. Ao analisar as respostas dos alunos em torno dessa questão, percebe-se que para alguns estão sendo trabalhadas habilidades para o empreendedorismo, porém com pouca frequência, enquanto outros relatam que não são trabalhadas atividades com essas habilidades em sua escola.

Diante das respostas obtidas é notório que as escolas se encontram habilitadas a levar as práticas do empreendedorismo para serem trabalhadas com os alunos do ensino médio, porém, é necessária uma maior frequência dessas atividades voltadas para os jovens no ambiente escolar, o que vai proporcionar a eles competências para o seu futuro profissional. E com base nessas práticas poderá se alcançar a meta 4.4 da Agenda 2030, que pretende “até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo” (Transformando o Nosso Mundo, 2016, p. 25).

4.2.3 - ODS 10 - Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.

Quanto a questão relacionada com a meta 10.1, a qual pede para indicar uma estratégia que o país pode utilizar para aumentar a renda da população mais pobre e alcançar a meta 10.1 da agenda 2030, a maioria dos coordenadores entrevistados 88,9% indicaram como estratégia estimular os pequenos negócios por meio de apoio, treinamentos e financiamentos; assim também como 100% dos professores respondentes indicaram a mesma estratégia.

Em relação aos alunos as respostas foram mais diversificadas, porém uma grande parte 45,6% indicaram como estratégia estimular os pequenos negócios por meio de apoio, treinamentos e financiamentos igualmente como a maioria dos coordenadores e professores; outros 25,4% indicaram aumentar o salário mínimo; 21,9% acham que deve ser concedido benefícios sociais para a população pobre; 2,6% não souberam responder por não ter conhecimento sobre quanto é a renda da população pobre; 1,8% não souberam responder por não saber o que é renda da população, e uma porcentagem menor, sendo um total de 3 respondentes que juntos somam 2,7%, indicaram outras opções como: Programas de reforço escolar; programas de qualificação profissional para o mercado de trabalho e fazer o dinheiro circular para todos, por meio de igualdade.

De acordo com os resultados, observa-se que tanto coordenadores, professores e alunos, concordam que é necessário que os governantes tenham um olhar mais atento para os pequenos negócios, sendo necessário um apoio maior, assim também como treinamentos e financiamentos, o que irá facilitar no interesse de futuros novos empreendedores na sociedade, dessa forma colaborando com o aumento da renda da população mais pobre, já que, é um estímulo para esses indivíduos na prática de suas atividades profissionais, o qual muitas vezes acabam por desistir de seus negócios por falta desse apoio. Dessa forma pode-se chegar ao alcance da meta 10.1, a qual pretende “até 2030, progressivamente alcançar e

sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional” (Transformando o Nosso Mundo, 2016, p. 31).

De acordo com os dados obtidos da pergunta relacionada com a meta 10.2, considerando que o objetivo da Educação Financeira é “conscientizar as pessoas sobre a importância de se planejar o uso do dinheiro e assim tomar decisões acertadas sobre finanças e consumo”, a educação financeira pode contribuir no alcance da meta 10.2? De acordo com a pergunta, uma maior parte dos coordenadores entrevistados 77,8% responderam que **Sim**, pois o empoderamento e inclusão econômica demanda conhecimentos e domínio de ferramentas financeiras que são tratados pela educação financeira; já em relação as respostas concedidas pelos professores, 100% estão de acordo com a maioria dos coordenadores. Em relação as respostas dos alunos, a maioria 66,7% responderam que a educação financeira pode **Sim** contribuir no alcance da meta 10.2, pois o empoderamento e inclusão econômica demanda conhecimentos e domínio de ferramentas financeiras que são tratados pela educação financeira, e somente 4,4% não souberam responder, pois não entendem o que significa “promover a inclusão econômica de todos”.

Com base nos resultados, percebe-se que uma maior parte de respondentes tanto coordenadores, professores e alunos concordam que a educação financeira pode contribuir para se alcançar a meta 10.2 que pretende “até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra” (Transformando o Nosso Mundo, 2016, p. 31). De acordo com Luz et al. (2020), a educação financeira passa a ser um fator de suma importância em relação ao processo de formação do cidadão, já que, através dos conhecimentos financeiros adquiridos, o indivíduo tende a se tornar mais capacitados na tomada de decisões que envolvem recursos financeiros.

Em relação a pergunta relacionada à meta 10.5, o que você entende quando se fala sobre a importância de regulamentar e monitorar os mercados e instituições financeiras? Entre os coordenadores entrevistados obteve-se algumas respostas mais relevantes, 33,3% responderam que os mercados e instituições financeiras são responsáveis pela intermediação e guarda de recursos financeiros, portanto quanto melhor for a regulamentação e monitoramento deles, maior segurança terão os seus usuários; enquanto 22,2% responderam que não possui impacto sobre a população pobre, pois promove garantias apenas para quem possui muitos recursos aplicados no mercado financeiro; outros 22,2% disseram que é importante para garantir maior arrecadação tributária para o governo.

Em relação aos professores entrevistados, 50% responderam igualmente aos 33,3% dos coordenadores; outros 33,3% disseram que é importante para garantir maior arrecadação tributária para o governo, sendo essas as respostas mais relevantes. Quanto as respostas dos alunos foram bem variadas, 35,4% relataram que os mercados e instituições financeiras são responsáveis pela intermediação e guarda de recursos financeiros, portanto quanto melhor for a regulamentação e monitoramento deles, maior segurança terão os seus usuários; já 20,4% disseram que não possui impacto sobre a população pobre, pois promove garantia apenas para quem possui muitos recursos aplicados no mercado financeiro; 19,5% não souberam responder, pois não sabem do que se trata a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras; sendo esses os dados mais relevantes.

Diante dos resultados obtidos em relação a pergunta sobre o entendimento da importância de monitorar e regulamentar o mercado e as instituições financeiras, percebeu-se, de acordo com os resultados mais relevantes, que uma boa parte juntando

todos os respondentes, coordenadores, professores e alunos entendem que essa regulamentação e monitoramento do mercado e instituições financeiras torna-se importante para os usuários, pois promoverá maior segurança em relação aos seus recursos aplicados. Porém percebeu-se que alguns alunos ainda não possuem conhecimento sobre esse assunto.

Dessa forma, se faz necessário um pouco mais de conhecimento sobre essas regulamentações e monitoramento, assim também como entender um pouco sobre esses mercados e instituições financeiras e como estas funcionam, informações essas que podem ser adquiridas por meio da educação financeira, e assim pode-se entender melhor como se alcançar a meta 10.5 a qual pretende “melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações” (Transformando o Nosso Mundo, 2016, p. 31).

4.3 Educação Financeira

De acordo com os resultados obtidos das questões sobre Educação Financeira, os coordenadores ao serem indagados sobre a forma que a sua escola trabalha os conteúdos de Educação Financeira 44,4% relataram que é em uma disciplina que trabalha o tema junto com outros conteúdos, 11,1% disseram que é em uma disciplina específica de educação financeira e apenas 11,1% responderam que o tema Educação Financeira não é trabalhado em sua escola. Quanto aos professores, 8,3% trabalham por meio de palestras eventuais; outros 16,7% em uma disciplina específica de educação financeira; 25% por meio de projetos; e a metade dos entrevistados 50% em uma disciplina que trabalha o tema junto com outros conteúdos.

Em relação as respostas dos alunos, 15,8% relataram que a escola trabalha os conteúdos em uma disciplina específica de educação financeira; outros 11,4% responderam que a escola trabalha o conteúdo de educação financeira distribuído em diversas disciplinas; já 9,6% disseram que é trabalhado por meio de palestras eventuais; e outros 9,6% por meio de projetos; enquanto a maioria 51,8% relataram que esse conteúdo sobre educação financeira é trabalhado em uma disciplina que trabalha o tema junto com outros conteúdos; 14% responderam que o tema educação financeira não é trabalhado em sua escola; e somente 1,8% não soube responder, pois não sabe o que é educação financeira.

Quando se fala em educação financeira aplicada na escola, pode-se observar que, perante os resultados obtidos, é notório que parte dos coordenadores e dos professores trabalham essa temática junto com outros conteúdos dentro de uma disciplina, sendo que todos esses respondentes trabalham em escolas públicas, porém 1 coordenador de escola pública disse que o tema educação financeira ainda não é trabalhado em sua escola; e 1 outro respondeu que é trabalhado em uma disciplina específica de educação financeira, sendo esse de escola particular; de 12 professores somente 2 responderam que trabalham em uma disciplina específica de educação financeira, sendo 1 de escola particular e 1 de escola pública. Diante dessas informações verifica-se que a maior parte das escolas pesquisadas ainda não inclui a educação financeira em uma disciplina específica. O que se percebeu é que apenas a escola particular tem essa disciplina específica, enquanto as escolas públicas ainda não trabalham a educação financeira em uma disciplina específica.

Em relação as respostas dos alunos, percebeu-se que um pouco mais da metade afirmam o que foi respondido pela maioria dos coordenadores e professores, sendo a educação financeira trabalhada juntamente com outros conteúdos, e uma faixa de 18

alunos, sendo 15 deles de escola particular responderam que é trabalhado em uma disciplina específica de educação financeira; de um total de 114 alunos respondentes 16 relataram que a educação financeira não é trabalhada em sua escola, sendo esses todos de escola pública.

Foi possível perceber que o conteúdo de educação financeira ainda não está sendo trabalhado em uma disciplina específica, especialmente nas escolas públicas, pois verificou-se por meio da pesquisa que apenas a escola particular trabalha com essa disciplina. O tema é discutido de forma básica principalmente na disciplina de matemática, envolvendo outros conteúdos, porém é necessário a inclusão da educação financeira como disciplina, para que as crianças e adolescentes possam adquirir esses conhecimentos durante a sua vida escolar.

Quando indagados se a escola oferece treinamento sobre educação financeira para os professores que trabalham esse tema, 11,1% dos coordenadores entrevistados responderam que **Não**, pois o tema Educação Financeira não é trabalhado em sua escola; 11,1% relataram que **Não**, contratamos o professor que já possui o conhecimento necessário para ministrar o conteúdo de educação financeira; outros 11,1% disseram que **Não**, o professor de matemática já possui o conhecimento necessário para ministrar o conteúdo de educação financeira; 22,2% responderam que **Sim**, é direcionado para os professores que atuam com o conteúdo de educação financeira; e 44,4% disseram que **Não**, o professor escolhido para ministrar o conteúdo de educação financeira busca o conhecimento necessário.

Em relação as respostas obtidas dos professores, 16,7% responderam **Sim**, é direcionado para os professores que atuam com o conteúdo de educação financeira; 25% relataram que **Não**, o professor já é contratado com a *expertise* necessária para ministrar o conteúdo de educação financeira; outros 25% disseram que **Não**, o professor de matemática já possui o conhecimento necessário para ministrar o conteúdo de educação financeira; e 33,3% responderam que **Não**, o professor escolhido para ministrar o conteúdo de educação financeira busca o conhecimento necessário.

A necessidade de se ter treinamento para o profissional que trabalha o tema sobre educação financeira na escola é de suma importância, pois prepara-os adequadamente para essa missão com os jovens. Percebe-se que a maioria dos profissionais não detêm de treinamentos por parte das escolas onde trabalham, sendo que apenas 22,2%, ou seja, 2 coordenadores e 16,75%, ou seja, 2 professores responderam que sim e é direcionado para os professores que atuam com o conteúdo de educação financeira, porém a maioria respondeu que as escolas que trabalham não proporcionam nem um tipo de treinamento. Segundo Carvalho e Scholz (2019, p.), “é necessário preparar os educadores por meio de cursos ou treinamentos, onde sejam apresentadas novas formas didáticas aplicáveis em sala de aula, aumentando o grau de capacitação profissional do professor para abordar a temática financeira com os alunos”.

De acordo com os coordenadores entrevistados, quando perguntado se eles entendem que a inclusão de conteúdos de educação financeira, na educação formal de crianças e adolescentes, pode contribuir no alcance das metas da agenda 2030, dos ODS, da ONU, apresentadas nesta pesquisa, 100% responderam que **Sim**, o estudo desse conteúdo vai ajudar a preparar as pessoas para gerirem adequadamente seus recursos financeiros, de forma igualitária, o que refletirá positivamente na qualidade de suas vidas. Da mesma forma foi respondido por 100% dos professores entrevistados.

Em relação aos alunos entrevistados, 89,4% responderam igualmente aos coordenadores e professores; outros 4,4% relataram que **Não**, o aprendizado de conteúdos, relacionados à educação financeira, acontece na convivência com a família, portanto a inclusão desses conteúdos na educação formal de crianças e adolescentes, não refletirá no alcance das metas da agenda 2030; e 6,2% não souberam responder.

A inclusão da educação financeira na educação de crianças e adolescentes só tem a contribuir de forma positiva para que esses alunos tenham mais oportunidades na vida adulta, assim também como pode contribuir para o alcance das metas 1.4, 4.4, 10.1, 10.2 e 10.5 dos ODS, da Agenda 2030 da ONU. Segundo Esser e Dalbello (2018), é necessária uma atenção maior para a educação, e mostra a importância de inserir conteúdos que envolvam a temática educação financeira no dia a dia desses jovens, pois dessa forma serão preparados para alcançar uma vida adulta mais responsável, respeitando uns aos outros, assim também como irão saber se organizar economicamente de maneira sustentável, o que é de suma importância para se alcançar os objetivos e metas da Agenda 2030 da ONU.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração a importância da Educação Financeira para se alcançar metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030 proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU), é preciso estabelecer estratégias voltadas para a prática da educação financeira no contexto escolar, visto que se faz necessário essa educação para as crianças e os jovens, pois assim, irá proporcionar uma formação mais qualificada, preparando-os para o futuro como cidadãos bem estruturados em seus conhecimentos econômicos, políticos, sociais e culturais. Dessa forma, a pesquisa teve como objetivo identificar a relação da educação financeira com as metas propostas na agenda 2030 dos ODS da ONU.

Pode-se identificar por meio da pesquisa que a sociedade do município de Bragança, no estado do Pará, ainda se encontra em desigualdade quanto a disponibilidade de recursos econômicos, serviços básicos, serviços financeiros e de microfinanças, que deveriam estar disponíveis de forma igual para todos, porém se esses indivíduos obtivessem educação financeira teriam mais conhecimentos e informações para lidar com esses assuntos e assim poderiam alcançar a meta 1.4 do objetivo 1 dos ODS da ONU.

O estudo foi importante também para mostrar que as escolas públicas do município, ainda não estão adaptadas a trabalharem atividades que praticam o empreendedorismo com os alunos, pois essas trabalham com pouca frequência. Sabe-se que essa prática ajudaria muito no desenvolvimento e na visão do aluno para um futuro profissional, tendo habilidades e competências técnicas, o que é importante para alcançar a meta 4.4 dos ODS da Agenda 2030, que é proporcionar para os jovens e adultos emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

Diante da pesquisa realizada percebeu-se também que se faz necessário utilizar de estratégia para aumentar a renda da população mais pobre e assim alcançar a meta 10.1, sendo que foi observado que a estratégia mais favorável para isso é estimular os pequenos negócios por meio de apoio, treinamentos e financiamentos. Dessa forma a educação financeira pode contribuir não só no alcance da meta 10.1, mais também de forma significativa alcançar a meta 10.2, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos. Foi observado também que a maioria dos alunos tem pouco

conhecimento quando se fala em regulamentar e monitorar os mercados e instituições financeiras que está relacionado com a meta 10.5, sabe-se que esses conhecimentos são de suma importância para aumentar a confiança e segurança em relação a investimentos de recursos econômicos.

Além do que foi mencionado, observou-se também que a prática da educação financeira nas escolas ainda é incipiente de conhecimentos, informações e habilidades, principalmente nas escolas públicas, que trabalham essa temática de forma não estruturada. Isso é mais notável ainda quando se fala em treinamento sobre educação financeira para os professores, sendo que não é aplicado nem um tipo de treinamento. Com isso, as dificuldades surgem nos conhecimentos dos alunos. Contudo percebe-se a concordância, por parte de todos que participaram da pesquisa, quando se fala sobre a inclusão de conteúdos de educação financeira, na educação de crianças e adolescentes, que pode contribuir no alcance das metas da Agenda 2030.

O estudo foi importante para mostrar a relação da educação financeira no alcance das metas 1.4, 4.4, 10.1, 10.2 e 10.5, voltados para alunos do ensino médio no município de Bragança, no estado do Pará. Porém, deve-se ter um olhar mais dedicado em relação a esse assunto, e para isso é necessário que ocorra algumas mudanças no hábito cultural em relação a educação financeira em nosso país, pois trata-se de um tema ainda pouco discutido nas escolas. Segundo Assis e Giordano (2019), OECD (2008), a inclusão dessa temática no ambiente escolar, ainda é a melhor opção para se alcançar toda uma geração.

Pelo exposto acredita-se que se faz necessário por parte governamental o investimento em educação financeira para crianças e jovens na fase escolar. Vivencia-se, no Brasil, uma proporção muito grande de endividamento pessoal, falta de planejamento, consumos indevidos, entre outros fatores que provocam a pobreza e desigualdade social, e isso, geralmente, não é por comodismo, mas por falta de conhecimentos que a educação financeira pode proporcionar, dessa forma temos um conhecimento que pode contribuir para um desenvolvimento social, de forma sustentável, em busca da prosperidade e da diminuição da desigualdade social conforme a Agenda 2030.

Como limitações do estudo aponta-se a adesão de respondentes, haja vista que o número de alunos de cada instituição era bem maior do que os que responderam, portanto, a expectativa de respostas obtidas era maior do que o que foi obtido. Entretanto ressalta-se que o número de respondentes foi suficiente para validar os resultados apresentados. Observa-se também que a dificuldade na obtenção de respostas é uma característica das pesquisas do tipo *survey*.

Como contribuições deste trabalho, para a linha de estudo da Educação Financeira, apresenta-se a identificação de metas dos ODS e a análise da relação que a educação financeira possui com elas. Outra constatação realizada foi de que os estabelecimentos de ensino particulares estão mais empenhados em incluir os conteúdos de Educação Financeira nos currículos escolares do que as escolas públicas.

REFERÊNCIAS

Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Recuperado de: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>.

- Berres Hartmann, A. L., Reisdorfer, C., Ferreira, I. F., & Mariani, R. D. C. P. (2019). Educação Financeira no Ensino Médio: uma experiência sob o olhar da Matemática Crítica. *Jornal Internacional de Estudos em Educação Matemática*, 12(2), 154-163.
- Carvalho, L. A., & Scholz, R. H. (2019). “Se vê o básico do básico, quando a turma rende”: cenário da educação financeira no cotidiano escolar.
- Correia, T. de S.; W. G. L.; Gadelha, K. A. D. L. (2015). A Educação Financeira como um diferencial nas decisões de consumo e investimento dos estudantes do curso de Ciências Contábeis na grande João Pessoa. *Revista de Contabilidade da UFBA*, v. 9, n. 3, 2015.
- Dalbosco, C. A., de Souza, F. B., & de Macedo, M. (2022). Consumo e produção sustentável na educação básica: reflexões entre a Agenda 2030 e a Base Nacional Comum Curricular.
- da Luz, J. O. C., dos Santos, M. E. K. L., & Junger, A. P. (2020). Educação financeira: um estudo de caso com jovens do ensino médio na cidade de São Paulo. *Revista De Ensino De Ciências E Matemática*, 11(3), 199-211.
- da Silva, L. P. (2021). ESTÍMULOS À EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO BÁSICO: um relato de prática da olimpíada brasileira de educação financeira. *Formação@ Docente*, 13(2).
- da Silva Assis, M. R., & Giordano, C. C. EDUCAÇÃO FINANCEIRA E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR.
- de Medeiros, M. G., de Macêdo, A. F. P., da Silva, F. R. F., da Silva, L. C. M. (2022). Analisando o papel da educação financeira e da aprendizagem na transferência de conhecimento entre responsáveis e dependentes. *RBC: Revista Brasileira de Contabilidade*, volume (257), 79-90.
- de Souza, Á. D. P., Fiorio, S. L., & Brasil, T. C. (2022). Relação entre o nível de conhecimento financeiro e o nível de endividamento dos servidores de uma IES brasileira: análise no período pandêmico. *RBC: Revista Brasileira de Contabilidade*, (257), 37-49.
- dos Reis LEITE, A. G. (2022). A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA VIDA DOS JOVENS. *Facit Business and Technology Journal*, 1(37).
- ENEF (Brasil). (2018). 2º Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira. Recuperado de: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/2-mapeamento/>
- Esser, R. D., & Dalbello, L. EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UMA VISÃO DA PREPARAÇÃO DOS ADOLESCENTES PARA O CONSUMO CONSCIENTE. *Ciências Sociais Aplicadas em Revista*, 18(35), 221-239.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022). Recuperado de: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/braganca.html>.
- Kuntz, E. R. (2019). *A Matemática Financeira no Ensino Médio como fator de fomento da Educação Financeira: resolução de problemas e letramento financeiro em um contexto crítico*. 2019. 157 f (Doctoral dissertation, Dissertação (Mestrado em Educação Matemática)—Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo).
- Medeiros, A. L., Mineiro, A. A. da C., Guida, J. L. de R., Valerio, V. E. de M. (2022). Associação entre educação financeira, conhecimento financeiro e alfabetização financeira: uma revisão integrativa. *RBC: Revista Brasileira de Contabilidade*, (257), 51-63.
- Messias, R. A., & Ancelmo, L. A. (2022). Educação financeira na educação básica. *Research, Society and Development*, 11(17), e112111738295-e112111738295.
- Molter, L. A educação financeira como impulso para o desenvolvimento sustentável. *RBC: Revista Brasileira de Contabilidade*, (257), 3-5.
- Moraes, A., Santos, M., Santos, A., & Pereira, L. (2020). Educação financeira escolar: uma proposta para o ensino médio. *REVEMAT: Revista Eletrônica de matemática*, 15(2), 1-22.

- Mundo, T. N. (2016). a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. *Recuperado em, 15, 24.*
- Muniz Jr, I., & Jurkiewicz, S. (2016). Representações temporais e o valor do dinheiro no tempo: conexões entre a Educação Financeira e o Ensino de Matemática. *Boletim Online de Educação Matemática, Santa Catarina, 4(7), 116-138.*
- OECD/INFE International survey of adult financial literacy competencies. OECD. Paris, 2016. Disponível em: <https://oecd-org.ez38.periodicos.capes.gov.br/finance/OECD-INFE-International-Survey-of-Adult-Financial-Literacy-Competencies.pdf>.
- OECD. Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness. Directorate for Financial and Enterprise Affairs. Jul. 2005b.
- ONU - Organização das Nações Unidas. Agenda 2030 – Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Out. 2015. Recuperado de: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>.
- Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico. OECD's Financial Education Project. Assessoria de Comunicação Social, 2004.
- Organisation For Economic Co-operation And Development (OECD, 2005). Improving financial literacy: analysis of issues and policies. 2005. Recuperado de: http://www.oecdilibrary.org/financeandinvestment/improvingfinancialliteracy_9789264012578-em.
- Perin, A. P., & Campos, C. R. (2022). Uma investigação sobre concepções acerca da educação financeira de alunos do ensino médio. *Revista de Educação Tecnológica Iberoamericana–Em Teia, Recife, 13(3).*
- Santos, F. D. C. (2022). Relações entre contabilidade pessoal e práticas financeiras não-saudáveis entre universitários.
- Schlocobier, C., & Witt, C. (2022). Educação financeira infantil como base para a conquista da cidadania financeira.
- Soler, F. A., Barbosa, A. M., & de Miranda, M. G. (2022). Educação financeira: como começar a vida adulta com consciência financeira. *Concilium, 22(5), 861-872.*
- Torrens, I. C., Matos, S. N., Borges, H. B., & Lopes, R. P. (2021, October). Jogos sérios para Educação Financeira: um mapeamento sistemático. In *Anais Estendidos do XX Simpósio Brasileiro de Jogos e Entretenimento Digital* (pp. 479-488). SBC.
- Zuliani, A. L. B., Flores, S. A. M., Floriano, M. D. P., Josende, A. C., & Ramos, T. J. F. (2020). OS JOVENS MILITARES SÃO ALFABETIZADOS FINANCEIRAMENTE? ESTUDO EM UMA ORGANIZAÇÃO DA FRONTEIRA GAÚCHA. *Revista Gestão em Análise, 9(1), 136-153.*